

Encontro de memória e reflexão "THEKA, Projeto Gulbenkian de Formação de Professores para o Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares", Lamego, 21 Set. 2019

Título da comunicação oral:

Projetos, Bibliotecas, Interlocutores, Territórios - até 2030, como?

Oradora:

Manuela Barreto Nunes (Biblioteca Municipal Prof. Machado Vilela, Vila Verde)

Proponho-vos fazer uma viagem no tempo, usando o termo bibliotecas públicas no seu sentido mais lato, isto é, aquelas que são financiadas pelos impostos dos cidadãos e das quais os cidadãos esperam o devido retorno em serviços que satisfaçam as suas necessidades de educação e formação, cultura, acesso à informação e a um lazer não consumista. Ou seja, por "públicas" entenda-se "propriedade do povo", tal como a palavra era usada na antiga Roma, mas entenda-se também, e em consequência, um serviço que pode ser usado por qualquer cidadão.

Esta viagem no tempo pretende fazer-nos reflectir informadamente sobre algumas ideias feitas, para chegarmos à actualidade e ao tema deste painel, que é um tema que supõe debate mais do que exposição - não sendo representantes de nenhuma instituição que regule o funcionamento de bibliotecas, suas redes e serviços, o que aqui podemos fazer é "futurizar", como talvez pudessem dizer os nossos amigos brasileiros e tentar compreender caminhos - que, esses sim, talvez se possam transformar em vozes para fazer chegar ao Paço.

Queria que tentássemos responder a duas perguntas, que são a base para qualquer discussão:

- As bibliotecas são um tema político?

E

- As bibliotecas são, por natureza, democráticas?

Recuemos então até à Antiguidade, ao Império Romano - não à maravilhosa biblioteca de alexandria, ou à não menos famosa biblioteca de Atenas, onde Sócrates terá ensinado os alunos passeando pelos claustros, num tempo onde o saber inscrito num qualquer suporte - rolos de papiro, à época - ainda não era muito abundante e o conhecimento se transmitia (e discutia) predominantemente por via oral

Recuemos pois a Roma e aos tempos exactos do Império, quando existia já um florescente comércio de livros, rolos de papiro ou pergaminho, mais tarde códices, na forma dos livros que conhecemos e de leitura muito mais prática - sinal de que a produção, o comércio e a leitura eram

mais comuns -; neste período, aliás já desde a República, um dos símbolos mais importantes de prestígio, riqueza e poder era a posse de boas bibliotecas particulares, que alguns senadores e patrícios abriam ao “público”, forma de afirmar que os acervos que possuíam eram tão bons que não temiam mostrá-los a quem os quisesse ver e consultar. Talvez também como forma de publicitar o seu poder, ainda no tempo da República, Júlio César encarregou um erudito, de seu nome Varro, de conceber uma biblioteca pública que reunisse a colecção mais vasta possível de literatura grega e romana, seguindo o modelo, que ele bem conhecia, da Biblioteca de Alexandria. As bibliotecas públicas romanas não seguiram, porém, este modelo, e criaram-se mais modestas, a partir das colecções privadas dos imperadores, acrescentadas de compras e de cópias, de ofertas, mas também de usurpações, porém sem a ambição universal do modelo helénico. Interessa-nos aqui saber que, a partir de 28 a.c., e da biblioteca criada por Asinus Pollio, era Augusto imperador, elas espalharam-se não só pela cidade de Roma, como por todo o império. Seguiam uma organização clássica - livros gregos de um lado, latinos do outro -, a consulta era sobretudo presencial, e realizavam palestras e debates, estando abertas a todos os cidadãos, embora, como sabemos a alfabetização não fosse universal e, na verdade, fossem sobretudo frequentadas pelas classes altas. Havia, porém, à época, artesãos e outros membros das classes populares, incluindo escravos libertos, que sabiam ler e escrever e que, pelos poucos testemunhos disponíveis, frequentavam as bibliotecas e as suas actividades. Os traços que definem as modernas bibliotecas estão já aqui todos delineados: colecções ecléticas, reunidas e organizadas segundo um determinado sistema, disponíveis para o público com objectivos de aprendizagem e erudição, onde se lia, investigava e debatia, e animadas com actividades culturais e de difusão do conhecimento. Acrescentemos que os propósitos de expansão destas bibliotecas a todo o império reflectiam, por um lado, a reprodução necessária das instituições romanas (o modelo de Roma repetido por todas as cidades do Império) e, por outro, a instituição de um modelo cultural e linguístico de que as bibliotecas eram o melhor veículo, nomeadamente instruindo as classes superiores, aquelas que determinavam modos de vida.

A história das bibliotecas - e da educação - nos séculos subsequentes ao fim do império até à idade Moderna (guerra, desaparecimento ou submersão) mostra-nos uma outra evidência: é nas épocas economicamente mais ricas e em que há uma maior distribuição de riqueza que o carácter público das bibliotecas se evidencia, da mesma forma que é nestas que os sistemas educativos mais se desenvolvem e a cultura floresce.

Aterremos agora no século das luzes, e vejamos o que nos começam a dizer os iluministas: que afinal o povo, as classes populares, são elementos tão necessários ao desenvolvimento e ao progresso das nações como o clero e a nobreza - hélàs, o povo existe! Se o povo existe, o povo deve ser instruído. Se o povo deve ser instruído, deve poder frequentar escolas e ter acesso a bibliotecas, que lhe permitirão continuar a aprender ao longo da vida, já que não dispõe dos meios financeiros necessários para adquirir os livros que lhe permitirão instruir-se. Esta ideia reforça-se

com a revolução industrial e o nascimento do proletariado e toma forma política com as revoluções americana e francesa.

Na verdade, em França, as primeiras bibliotecas populares aparecem durante o debate pré-revolucionário sobre a educação nacional, depois de 1760<sup>1</sup>, mas é com a Revolução Francesa que nasce o princípio que definirá a acção das BBPP nos séculos seguintes: o de que os livros e os seus conteúdos (a informação, diríamos hoje) devem estar acessíveis a toda a população.

Este conceito começa a plasmar-se em bibliotecas associativas, como a que Benjamin Franklin criou em Filadélfia em 1731, e que pela primeira vez abria as portas a membros de todas as classes, não se restringindo às elites. O exemplo foi tão bem sucedido que começou a replicar-se por cidades de toda a então colónia inglesa na América do Norte. Nas palavras de Franklin, estas bibliotecas tiveram sucesso precisamente por se terem adaptado às necessidades dos seus membros, independentemente das origens sociais, por serem uma instituição que a todos abraçava: “(...) melhoraram a conversação geral dos Americanos, tornaram o comum comerciante e o lavrador tão inteligentes como a maior parte dos cavalheiros de outros países, e talvez, nalgum grau, tenham contribuído para a afirmação tão generalizada em toda a Colónia na defesa dos seus privilégios”. (mais tarde Lenine defenderá o mesmo por outras palavras: as bibliotecas são necessárias à formação da consciência revolucionária).

A partir de finais do séc. XVIII, modelos semelhantes começaram a espalhar-se também pela Europa, em meios urbanos como rurais, plasmados em bibliotecas de empréstimo ou gabinetes de leitura, que não eram ainda resultado de políticas públicas, mas de iniciativas de associações, sindicatos ou movimentos similares.

A ideia da Biblioteca Pública fundada no acesso livre e financiada pelos impostos dos cidadãos, muitas vezes denominada como a “universidade do povo”, se nasce com o Iluminismo e se articula com as Revoluções Americana e Francesa, só se transformará numa realidade a partir de meados do séc. XIX<sup>2</sup>, tendo o seu momento mais marcante na promulgação da primeira Lei de Bibliotecas, em Inglaterra, em 1850.

E que luta foi, para promulgar esta lei, e o que de debates se realizaram! Para muitos, na Câmara dos Comuns, abrir o conhecimento a todos era perigosíssimo, pois o povo poderia ficar a saber tanto como as elites, o que abriria caminho às mais perigosas das revoluções. Para outros, era bem melhor que o povo frequentasse bibliotecas em vez de se perder nas tabernas a embriagar-se, isso sim, causa de rebeliões e desastres - mas, assim mesmo, haveria que ter muito cuidado com o conteúdo das colecções, para não dar más ideias a quem deveria continuar submisso. As vozes bondosas que prevaleceram e se plasmaram na lei, foram as que acreditavam na importância de “fazer de todo o cidadão um político”, alguém com conhecimentos

---

<sup>1</sup> Ídem, *ibídem*

<sup>2</sup> Ídem, *ibídem*, p.118

suficientes para participar de corpo inteiro numa sociedade democrática, devendo as bibliotecas plasmar todo o conhecimento existente, promovendo a liberdade intelectual e a liberdade de expressão.

As bibliotecas públicas oscilam assim entre duas linhas cuja distinção é às vezes muito ténue, muito mais do que aquilo que gostaríamos de entender:

- a biblioteca como mecanismo de controlo
- A biblioteca como mecanismo de libertação

Senão vejamos:

O perigo que os parlamentares britânicos viam na possibilidade de as bibliotecas alimentarem o espírito revolucionário, é precisamente a maior vantagem que Lenine vê nas bibliotecas. Casado com uma bibliotecária e frequentador assíduo de bibliotecas, para ele fonte inesgotável de estudo e reflexão, e também um lugar para trabalhar com um mínimo de conforto e condições durante os anos de exílio, Lenine faz o seu primeiro discurso sobre bibliotecas em 1913 e, logo em 1917 começa a implantar a primeira rede planificada de bibliotecas da história: para ele, elas são uma condição indispensável para a formação do espírito revolucionário / bibliotecas soviéticas - questão da língua e da censura.

Em 1933, na Alemanha, o regime nazi dava início a um programa de dinamização das bibliotecas públicas, que prosseguiria com grande pujança até 1939. Considerava o regime que as bibliotecas deveriam ser agentes activos da transformação da sociedade. A primeira medida tomada foi a instituição de uma censura rigorosa, acompanhada do despedimento, substituição do pessoal cujos pontos de vista políticos eram considerados questionáveis, logo substituídos por indivíduos afectos ao regime. Em seguida, um forte investimento permitiu a construção de bibliotecas em todas as terras com mais de 5.000 habitantes, recheadas de propaganda e expurgadas de todas as obras e autores considerados subversivos ou não afectos ao nazismo. Com o conceito contemporâneo de biblioteca pública, a rede de bibliotecas nazis tinha em comum o reconhecimento da sua importância vital para a formação de cidadãos (que formação é questão que se abordará mais adiante) e a sua natureza pública, isto é, de que deveriam ser financiadas pelos impostos dos cidadãos e ser objecto de planos nacionais ao nível da governação.

França, frente nacional e as autarquias: o mesmo, resultante porém em empobrecimento.

O Portugal de Salazar: outro uso, outro entendimento - censura e fechamento.

Longe de tudo isto, de novo a iniciativa das pessoas, em situações extremas e desenquadradas de qualquer instituição pública - a biblioteca impossível da Daraya: Um dos berços da Primavera Síria, em 2011, a cidade de Daraya foi especial e cruelmente martirizada por

Bachar al-Assad, que a transformou em laboratório de atrocidades com o objectivo expresso de a varrer da face da terra.

Por entre os escombros e debaixo de bombardeamentos constantes, quatro amigos insubmissos, combatentes pela paz e pela democracia e resistentes, até, à sedução vingativa do Daesh ou de outras forças radicais que entretanto também ocuparam a cidade, esses quatro amigos recusaram fugir, recusaram render-se, e escavaram, escavaram até construírem uma fortaleza de papel.

Estes rapazes e raparigas que se manifestaram pela democracia e cujas vidas foram impiedosamente destruídas pelo regime de Assad, ainda assim, persistiram e descobriram um refúgio de resistência moral e intelectual nos livros que se empenharam em salvar.

Lá longe, através de uma má ligação frequentemente interrompida por explosões ou por falhas na rede, Ahmad conta a uma jornalista: no final de 2013, reduzida a cidade a um punhado de habitantes enterrados em escombros, ele e três amigos decidiram começar a recuperar livros por entre as ruínas. A sensação de descobrir e depois folhear os livros cobertos de pó e detritos é como um arrepio de liberdade. Tornam-se caçadores de livros, numa semana apenas recuperam seis mil, um mês depois são 15 mil: literatura árabe e estrangeira, filosofia, ciência, teologia. A ideia de criar uma biblioteca pública é irresistível, e rapidamente é construído um subterrâneo de liberdade, um lugar secreto, protegido e escondido, ao abrigo de obuses e radares. Organizam os livros por assuntos, catalogam-nos, criam um conjunto de normas: uma biblioteca, enfim, com utilizadores diários e bibliotecários. O símbolo maior da resistência pela liberdade intelectual, o consolo dos dias mais obscuros, o último reduto de salvação do humano, quando tudo o mais é morte e destruição.

Em resumo:

O problema:

- ⌘ as bibliotecas públicas existem em muitos tipos de regimes, e não apenas nos democráticos;
- ⌘ Na História, as bibliotecas públicas serviram, e continuam a servir Estados ditatoriais (Nazis, Soviéticos);
- ⌘ Mesmo em democracia, a biblioteca pública reflecte muitas vezes os valores e interesses de uma elite que detém já capital social, e gera capital social para si própria; comunidades maioritariamente conservadoras tendem a censurar as colecções das BPs (EUA); a biblioteca como espelho da sociedade de massas, que reproduz em vez de libertar
- ⌘ A biblioteca pública não concorre por definição para a democracia, mau grado os princípios democráticos que lhe subjazem: em muitos casos contribui para manter elites de um lado, e trabalhadores conformados e disciplinados do outro;

↳ Sem recursos, a biblioteca pública empobrece e empobrece a democracia - e resta saber de que democracia falamos - onde ha boas bibliotecas e boa informação, há menos populismo - estudos mostram;

↳ Há um papel dos cidadãos na criação de bibliotecas públicas, fora da intervenção do Estado.

Então, e agora?

Portugal, dinheiro da Europa, redes dos anos 80 e 90.

Crise, soluções: a multiplicidade de redes - concelhias, interconcelhias, as redes das CIM, o PNL pode ser uma estrutura base de articulação de programas? O Ciência Viva?

Serviços e criação de comunidades: a interligação com outros agentes das mesmas instituições, do Estado ou das comunidades;

Como é um serviço para todos? Qual é o papel dos cidadãos? O que querem os cidadãos, de que precisam?

Programa Public Libraries 2030 da UE: enfoque nas comunidades, criar comunidades.

Onde está o financiamento? Onde estão os catálogos centralizados? Onde estão as plataformas de empréstimo, que já existem por toda a Europa? Como integrar o físico no digital, o digital no físico? Para que servem afinal as bibliotecas? O excesso de actividades de animação não mata a essência das bibliotecas, que não têm recursos humanos para tudo? Existe mesmo uma política nacional de bibliotecas? Quando se fala em democracia, que democracia - onde está a participação dos cidadãos? Como não deixar que as bibliotecas se transformem em sucedâneos do consumo de massas, em eco da alienação? É que as bibliotecas são, efectivamente, um tema político e não, elas não são de per si democráticas, elas dependem de políticas para serem democráticas.

Obrigada pela vossa atenção.